Conteúdo de acordo
com o último Edital
Questões gabaritadas
da banca CESGRANRIO

NOVA CONCURSOS

TEORIA E EXERCÍCIOS

SEDUC-AM

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS

PROFESSOR – HISTÓRIA

- Língua Portuguesa
- Conhecimentos Pedagógicos
- Conhecimentos Específicos



Secretaria de Estado de Educação do Amazonas

SEDUC-AM

Professor - História

NV-007NB-26-PREP-SEDUC-AM-PROF-HIS
Cód.: 7908428820213

NOVA CONCURSOS

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Professor - História de acordo com o Último Edital, da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas - SEDUC-AM.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca CESGRANRIO, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✅ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✅ teoria objetiva e atualizada;
- ✅ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✅ questões gabaritadas para o treino da teoria.

GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!

QUERO MATERIAL COMPLETO!

NOVA CONCURSOS

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....9

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS 9

ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS 12

ARTICULAÇÃO DO TEXTO: PRONOMES E EXPRESSÕES REFERENCIAIS, NEXOS, OPERADORES SEQUENCIAIS..... 13

SIGNIFICAÇÃO CONTEXTUAL DE PALAVRAS E EXPRESSÕES..... 17

EQUIVALÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO DE ESTRUTURAS..... 19

SINTAXE: PROCESSOS DE COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO 21

Regência Verbal 32
Regência Nominal.....34
Concordância Verbal 34
Concordância Nominal 37

FUNÇÕES DAS CLASSES DE PALAVRAS..... 40

Flexão Nominal 41

PRONOMES: EMPREGO, FORMAS DE TRATAMENTO E COLOCAÇÃO.....47

Emprego de Modos Verbais.....50
Emprego de Tempos Verbais 50
Flexão Verbal.....51

PONTUAÇÃO..... 57

ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS..... 61

ORTOGRAFIA OFICIAL..... 65

ACENTUAÇÃO GRÁFICA 65

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS.....79

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO..... 79

CONCEPÇÕES E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS..... 83

RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E POLÍTICO-CULTURAIS DA EDUCAÇÃO 88

PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM: PAPEL DO EDUCADOR, DO EDUCANDO, DA SOCIEDADE..... 88

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

- EDUCAÇÃO INCLUSIVA 90
- EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E CIDADANIA 91
- A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA 96
- INCLUSÃO EDUCACIONAL E RESPEITO À DIVERSIDADE 98
- DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA 100
- DIDÁTICA E ORGANIZAÇÃO DO ENSINO 106
- SABERES ESCOLARES, PROCESSOS METODOLÓGICOS E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 108
- NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO COM A PRÁTICA PEDAGÓGICA 112
- CURRÍCULO: PLANEJAMENTO, SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS 113
- PLANEJAMENTO: A REALIDADE ESCOLAR 116
  - O PLANEJAMENTO E O PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA 116
- LEI Nº 9.394, DE 1996 — LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO NACIONAL 118
- LEI Nº 8.069, DE 1990 — ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 146
- LEI Nº 10.639, DE 2003 — HISTÓRIA E CULTURA AFRO BRASILEIRA E AFRICANA 202
- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS — 2007 205

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 219

- ENSINO DE HISTÓRIA: SABER HISTÓRICO ESCOLAR 219
- SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CONTEÚDOS HISTÓRICOS 221
- METODOLOGIAS DO ENSINO DE HISTÓRIA 223
- TRABALHO COM DOCUMENTOS E DIFERENTES LINGUAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA 225
- CONHECIMENTO HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO: SABER HISTÓRICO E HISTORIOGRAFIA 227
- HISTÓRIA E TEMPORALIDADE 230
- PASSAGENS DA ANTIGUIDADE PARA O FEUDALISMO 232
- MUNDO MEDIEVAL 236
- FORMAÇÃO DO MUNDO CONTEMPORÂNEO 239

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

HISTÓRIA DO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES: HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E A HISTÓRIA DO BRASIL 245

HISTÓRIA BRASILEIRA: DA OCUPAÇÃO INDÍGENA AO MUNDO CONTEMPORÂNEO 248

ASPECTOS DA HISTÓRIA DA ÁFRICA E DOS POVOS AFRO-AMERICANOS E AMERÍNDIOS 257

HISTÓRIA DA AMÉRICA 260

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA 263

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNS) 265

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR 268

LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017 280

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA — ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há "regras" para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

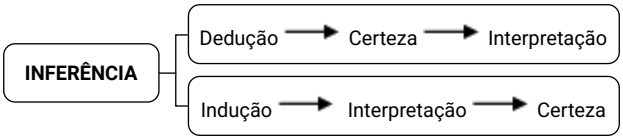
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra "marido"); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão "minha chefe"); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão "parou de beber"). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

CONCEITOS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

A educação é uma prática social e cultural fundamental para o desenvolvimento humano, sendo vista como o processo de transmissão de conhecimentos, valores e habilidades de uma geração para outra. Os fundamentos da educação baseiam-se em diversas disciplinas, como filosofia, psicologia, sociologia e antropologia, cada uma oferecendo perspectivas diferentes sobre o papel e a finalidade da educação.

No contexto ocidental contemporâneo, a educação é frequentemente concebida sob duas vertentes principais: a educação como um meio de reprodução social e cultural e a educação como um mecanismo de transformação social. A primeira vertente, defendida por autores como Émile Durkheim, vê a educação como um processo essencial para a manutenção da coesão social e a perpetuação da cultura dominante.

A segunda vertente, associada a pensadores como Paulo Freire, considera a educação uma ferramenta de emancipação, capaz de promover mudanças sociais significativas ao questionar e transformar as estruturas de poder existentes.

CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

As concepções pedagógicas representam as diferentes abordagens teóricas e práticas da educação, refletindo as visões de mundo, valores e objetivos educacionais de diferentes épocas e contextos socioculturais. Entre as principais concepções pedagógicas na sociedade ocidental contemporânea, destacam-se algumas que serão abordadas a seguir.

Pedagogia Tradicional

A pedagogia tradicional, influenciada por pensadores como Johann Friedrich Herbart, é caracterizada pela ênfase na transmissão de conhecimentos e conteúdos previamente estabelecidos. Esta abordagem considera o professor como a principal fonte de conhecimento e o aluno como um receptor passivo. O foco está no desenvolvimento intelectual por meio da memorização e repetição, com pouco espaço para questionamentos ou para a construção ativa do saber.

Pedagogia Progressista

A pedagogia progressista, defendida por educadores como John Dewey, propõe uma educação centrada no aluno e na experiência prática. Nessa concepção, o aprendizado é visto como um processo ativo, em que o estudante é incentivado a explorar, questionar e participar da construção do conhecimento. A escola é entendida como um espaço democrático, onde se desenvolvem habilidades críticas e colaborativas, preparando os alunos para a vida em sociedade.

Pedagogia Crítica

A pedagogia crítica, amplamente associada a Paulo Freire, é uma concepção que busca conscientizar os indivíduos sobre as desigualdades e injustiças sociais, utilizando a educação como um instrumento de transformação social. Através do diálogo e da problematização, essa abordagem incentiva os alunos a questionarem as estruturas opressivas e a agirem para mudar a realidade em que vivem.

Pedagogia Tecnológica

A pedagogia tecnológica surge no contexto da sociedade contemporânea, marcada pelo avanço tecnológico e pela digitalização. Essa concepção valoriza o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) no processo educativo, promovendo métodos de ensino mais interativos e personalizados. A aprendizagem por meio de plataformas digitais, o uso de inteligência artificial e a educação a distância são características dessa abordagem, que busca adaptar a educação às novas demandas da sociedade globalizada.

FINS DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA

Os fins da educação na sociedade ocidental contemporânea podem ser analisados sob diferentes perspectivas, mas, em geral, estão relacionados ao desenvolvimento integral do ser humano, à preparação para o mercado de trabalho e à formação de cidadãos críticos e participativos.

Desenvolvimento Integral

A educação visa promover o desenvolvimento integral dos indivíduos, considerando suas dimensões cognitivas, emocionais, sociais e físicas. Nesse sentido, a escola não apenas transmite conhecimentos acadêmicos, mas também contribui para a formação de valores, atitudes e habilidades que permitem aos alunos se tornarem seres humanos completos e realizados.

Preparação para o Mercado de Trabalho

Na sociedade contemporânea, a educação também é vista como um meio de preparação para o mercado de trabalho. A formação de competências técnicas e profissionais que respondam às demandas do mercado é uma das funções centrais do sistema educacional, especialmente no contexto da economia globalizada e da crescente competitividade.

No entanto, essa função não deve se limitar à preparação técnica, mas também incluir o desenvolvimento de capacidades críticas e criativas, fundamentais para a inovação e o progresso social.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ENSINO DE HISTÓRIA: SABER HISTÓRICO ESCOLAR

DO CONHECIMENTO ACADÊMICO AO SABER HISTÓRICO ESCOLAR

O saber histórico escolar é o conhecimento sobre o passado que efetivamente circula na escola, nos programas, nos livros didáticos e nas aulas, e não se confunde com a história produzida nas universidades e nos centros de pesquisa. Ele mantém vínculos com a pesquisa acadêmica, mas responde a finalidades próprias, como formar crianças e jovens, transmitir referências culturais e preparar para a vida em sociedade.

Durante muito tempo prevaleceu a ideia de que a disciplina escolar seria apenas uma versão simplificada da ciência de referência, uma espécie de vulgarização do conhecimento produzido pelos especialistas. A noção de transposição didática, formulada pelo francês Yves Chevallard no campo da didática da matemática, descreve o processo pelo qual um saber científico se converte em saber a ser ensinado e, depois, em saber efetivamente ensinado em sala de aula.

A transposição didática chamou atenção para o fato de que o conhecimento muda de natureza ao entrar na escola, mas recebeu críticas quando aplicada à História. O historiador da educação André Chervel sustentou que as disciplinas escolares são criações originais da própria escola, construídas historicamente a partir de finalidades sociais, de práticas docentes e de exigências de avaliação, e não meros reflexos simplificados das ciências.

Pesquisadoras brasileiras como Ana Maria Monteiro e Circe Bittencourt incorporaram esse debate ao ensino de História e mostraram que o saber escolar se produz no encontro entre várias fontes de conhecimento. Contribuem para ele a historiografia acadêmica, as tradições escolares, os currículos oficiais, os materiais didáticos, a cultura dos alunos e os saberes docentes, construídos na formação inicial e na experiência acumulada em sala de aula.

O professor tem participação decisiva nesse processo, porque não se limita a repetir o que está no programa ou no livro. Ele seleciona exemplos, estabelece relações com a realidade dos estudantes, escolhe documentos e reformula explicações diante das dúvidas da turma. Por isso, a formação docente em História exige domínio do conteúdo e da historiografia e também conhecimento sobre como os alunos aprendem.

A HISTÓRIA COMO DISCIPLINA ESCOLAR NO BRASIL

A História tornou-se disciplina escolar no Brasil ao longo do século XIX, no mesmo movimento de construção do Estado imperial e de definição de uma identidade nacional. O Colégio Pedro II, criado no Rio de Janeiro por decreto de 2 de dezembro de 1837, incluiu a História em seu plano de estudos desde o primeiro ano letivo, em 1838. A instituição serviu de modelo para o ensino secundário do país durante décadas.

Os programas oitocentistas combinavam a História Universal, com forte ênfase na Antiguidade clássica e na trajetória europeia, a História Sagrada, herdeira da tradição religiosa, e a História Nacional, que ganhou espaço progressivamente. O ensino privilegiava a memorização de nomes, datas e feitos de governantes, apresentados como modelos de conduta. A disciplina dialogava com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, que produzia a narrativa oficial sobre o passado da nação.

A República manteve a função cívica da disciplina e reforçou o culto a heróis e datas nacionais. Na Era Vargas, a História do Brasil chegou a ser diluída na História da Civilização após a Reforma Francisco Campos, de 1931. Voltou a figurar como disciplina autônoma com a Reforma Capanema, de 1942, num contexto de valorização do nacionalismo e da formação moral dos estudantes.

Durante a ditadura civil-militar, a disciplina sofreu forte intervenção, porque o regime via no ensino de História um instrumento de formação cívica e de controle ideológico. O Decreto-Lei nº 869, de 1969, tornou obrigatória a Educação Moral e Cívica.

Em seguida, a Lei nº 5.692, de 1971, reorganizou o ensino de primeiro grau com os Estudos Sociais, que fundiam História e Geografia numa área de caráter integrador. A medida veio acompanhada das licenciaturas curtas, que formavam professores polivalentes em pouco tempo, e da disciplina Organização Social e Política Brasileira.

A crítica aos Estudos Sociais mobilizou historiadores, professores e associações acadêmicas a partir do final dos anos 1970, e a retomada da História como disciplina autônoma acompanhou a redemocratização.

Nos anos 1980, diversas propostas curriculares estaduais incorporaram contribuições da historiografia renovada, como a história social, a história do cotidiano e o trabalho com documentos. Abriram também espaço para temas antes ausentes da escola, como a experiência dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 1996, determinou que o ensino da História do Brasil levasse em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de História, publicados em 1997 para os anos iniciais e em 1998 para os anos finais, propuseram a organização por eixos temáticos e o desenvolvimento de procedimentos de pesquisa.

A Lei nº 10.639, de 2003, incluiu no currículo oficial a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. A Lei nº 11.645, de 2008, ampliou a exigência para a história e a cultura dos povos indígenas, e ambas o fizeram por meio do art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases. A Base Nacional Comum Curricular, homologada em 2017 para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e em 2018 para o Ensino Médio, tornou-se a referência obrigatória para a elaboração dos currículos das redes de ensino.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

NOVA CONCURSOS

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

799 APROVADOS NO BANCO DO BRASIL 2021

92 APROVADOS NO TJ-MG 2022

213 APROVADOS NO SEAGRI/DF 2022

337 APROVADOS NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO